

A mobilização de refugiados e suas linguagens. Notas etnográficas sobre um campo de interlocução em transformação¹



SILVIA ZELAYA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v25i25p400-420

resumo O objetivo deste artigo é discutir, a partir de experiências etnográficas em eventos de visibilização e sensibilização da questão migratória na cidade de São Paulo, como as formas de mobilização política produzidas pelo Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto (Grist) podem ser vistas como cenários privilegiados para pensar o contexto migratório atual como um campo de interlocução em transformação. Entendo que para além da proposta de autorrepresentação, essas manifestações – desde rodas de conversa sobre a guerra na República Democrática do Congo até apresentações musicais em bares e restaurantes, passando por palestras em bibliotecas e instituições educativas – podem estimular a construção de representações mais plurais e menos estereotipadas sobre os imigrantes bem como atitudes de enfrentamento crítico para outros grupos e comunidades de migrantes.

palavras-chave Imigração; Refúgio; Protagonismo migrante; Autorrepresentação; Mobilização política.

abstrat The objective of this article is to discuss, based on ethnographic experiences in events of visibilization and sensitization of the migratory issue in the city of São Paulo, how the forms of political mobilization produced

¹ As questões levantadas por este artigo foram formuladas a partir de minha pesquisa de doutorado, em curso, sob a orientação da antropóloga Denise Jardim, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa em andamento versa sobre uma trama de agentes e instituições no intento de formular políticas públicas para imigrantes. Desde 2013 acompanho as reuniões e outros eventos do Comitê de Atenção a Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul (Comirat/RS) e de uma rede mais ampla de instituições da sociedade civil e do Estado. Entre elas, há organizações que lidam exclusivamente com refugiados, como a Associação Antônio Vieira (Asav), e outras que lidam com uma gama mais variada de pessoas em mobilidade, como Cibai-Migrações. Não obstante, também integram o Comirat/RS e a rede organizações cuja atuação implica o combate ao tráfico de pessoas, como o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico, órgão que atua na difusão e promoção das diretrizes dos Programas de Direitos Humanos e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ainda órgãos que lidam com casos de mobilidade entre muitas outras atribuições, como a Defensoria Pública do estado do Rio Grande do Sul. A última etapa da pesquisa de campo foi realizada em São Paulo, junto ao Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto (Grist).

by the Group of Refugees and Homeless Immigrants (Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto – Grist), can be seen as privileged scenarios for thinking about the current migratory context as a field of interlocution in transformation. I understand that in addition to the self-representation proposal, these demonstrations – from talks on the war in the Democratic Republic of Congo to musical performances in bars and restaurants, besides lectures in libraries and educational institutions – can stimulate the construction of more plural less stereotyped representations of the immigrants as well as attitudes of critical confrontation to other migrant groups and communities.

keywords Immigration; Refuge; Migrant protagonism; Autorepresentation; Political mobilization.

Introdução

Durante os últimos anos, o Brasil atravessa uma intensificação dos debates sobre imigração devido em parte à chegada de novos “fluxos populacionais” provenientes de países como Haiti, Senegal, Gana e a República Democrática do Congo. Nesse contexto, novos grupos de imigrantes e refugiados passaram a produzir suas próprias e particulares formas de mobilização política, como “rodas de conversa” e “festivais”. Tais processos de construção de mobilização são, sem dúvida, experiências singulares que incentivam a criação de novas representações sobre os imigrantes. Em cada um dos atos que acompanhei, entre abril e agosto de 2016, junto ao Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto (Grist), os imigrantes e refugiados se construíram publicamente como “protagonistas da sua própria luta” e com capacidade de “falar por si mesmos”.

O objetivo deste artigo é discutir, a partir de experiências etnográficas em eventos de visibilização e sensibilização da questão migratória na cidade de São Paulo, de que modo as formas de mobilização política produzidas pelo Grist podem ser vistas como cenários privilegiados para pensar o contexto migratório atual enquanto um campo de interlocução em transformação. Entendo que para além da proposta de autorrepresentação, essas manifestações – desde rodas de conversa sobre a guerra na República Democrática do Congo até apresentações musicais em bares e restaurantes, passando por palestras em bibliotecas e instituições educativas – podem estimular a construção de representações mais plurais e menos estereotipadas sobre os imigrantes bem como atitudes de enfrentamento crítico para outros grupos e comunidades de migrantes.

O antropólogo Alejandro Grimson (2006), analisando as mudanças no contexto migratório argentino dos últimos anos, utiliza o conceito “campo de interlocução” para compreender a forma específica pela qual cada nação, embora não sendo homogênea, organiza a sua heterogeneidade. O autor entende o campo de interlocução como um espaço social e simbólico no qual uma série de atores inte-

ratuam e, portanto, reconhecem no “outro” – ainda que o considerando um “adversário” ou “inimigo” – um interlocutor “necessário”. Para ele, somente aqueles atores que adotam uma identificação aceita nesse campo poderão intervir nele, uma vez que as identificações que não estão admitidas nesse campo são incompreensíveis, tanto no diálogo como no conflito social (GRIMSOM, 2006, p. 72).

Entendo que os eventos organizados por imigrantes e refugiados, entendidos como espaços de luta, podem enquadrar-se num campo de interlocução em transformação, uma vez que os atores que tradicionalmente operavam nesse campo se vêm desafiados por uma disputa ou “jogo de forças” (SAYAD, 1998) “que se encontra precisamente nas formas de enunciar e produzir conhecimento sobre o *problema migratório* atual” (JARDIM, 2013, p. 68).

Em texto sobre os desafios normativos das migrações contemporâneas para o Brasil, a antropóloga Denise Jardim (2013) debruça-se sobre a disputa de sentidos existente entre os distintos “protagonistas” do cenário migratório atual. De acordo com a autora, essa disputa estrutura-se a partir da “urgência” de alguns encaminhamentos. Quer dizer que, para Jardim, a percepção da imigração atual como um “problema social” desenvolve-se a partir de “aspectos e fatos inusitados e não esperados” como, por exemplo, a chegada de haitianos ou de africanos a partir de 2010 para trabalhar nas obras da Copa do Mundo. Chama a atenção que sejam esses fatos e não as situações já conhecidas, como a dos “milhares de imigrantes limítrofes”, que apresentam a imigração como um assunto relevante. Ou seja, para a autora, foi através da ideia de “excepcionalidade” que se conseguiu projetar o “problema migratório” como um problema social, graças a “um jogo intrincado de processos e multiplicidades de mediadores” (JARDIM, 2013, p. 74).

Entendo que, passados alguns anos, é necessário incorporar as ações de imigrantes e refugiados que produzem discursos e representações que não necessariamente se ajustam às urgências dos mediadores. Nesse sentido, e como se verá ao longo do trabalho, as formas de mobilização de imigrantes e refugiados sugerem novos sentidos, afastados tanto da imagem do refugiado enquanto “vítima” como daquela do imigrante enquanto “força de trabalho”.

Todavia, olhar para as ações de mobilização política de pessoas em diversas situações de mobilidade transnacional permite-nos refletir sobre as práticas de intervenção de uma série de atores – governamentais e não governamentais – sobre a população migrante. É importante ter em conta que as manifestações dos imigrantes não se produzem no vazio, senão num cenário altamente influenciado “pela forma como as instituições pensam, classificam e põem em prática os seus tipos especiais de rotinas no mundo social da pobreza” (DRO-TBOHM, 2016).

Antes de passar para a análise das práticas – “festivais” e “rodas de conversa”, as duas mobilizações examinadas neste artigo –, apresento brevemente o contexto da pesquisa junto ao Grist.

A pesquisa junto ao Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto (Grist)

Em 2014, durante a apresentação da 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar), ouvi na Casa de Portugal vários discursos produzidos por agentes governamentais e não governamentais acerca da chegada de novos imigrantes para o Brasil.² Em geral, os discursos enfatizavam a tradição acolhedora do país, ressaltavam o fato de sermos todos “imigrantes” e afirmavam o “direito humano a migrar”. Todavia, as homenagens a padres e irmãs da congregação Scalabriana, destacavam a ação “humanitária” e a presença, durante décadas, da Igreja Católica no acolhimento da população imigrante.

Entretanto, outro discurso que ouvi durante o evento me sensibilizou de modo particular. O refugiado congolês Pitchou Luambo criticava em diversos momentos a atuação dos “mediadores” e as representações dos migrantes produzidas por esses agentes. Em determinado momento de sua fala, afirmou que os refugiados estavam “indo morar nas ocupações” e que isso se devia à inexistência de políticas públicas para imigrantes. Questões como acolhimento, representação dos imigrantes, políticas públicas e moradia foram abordadas de forma crítica pela intervenção do refugiado. O que em 2014 poderia ser caracterizado como o momento de maior visibilidade, na última década, da questão migratória contemporânea, graças principalmente ao poder público e às organizações humanitárias, através da Comigrar, passou a se apresentar como o início de um movimento de crítica e mobilização, protagonizado pelos próprios imigrantes que começavam a atuar como militantes de uma luta política definida por eles mesmos como “própria”.

Em abril de 2016, combinei com Pitchou um encontro na “Ocupação Cambridge” no centro de São Paulo, onde ele mora com sua filha. Desde o início, ele deixou claro que não me daria nenhuma entrevista e questionou o lugar dos pesquisadores, considerando que, da mesma forma que outros mediadores, “falam sobre os imigrantes e nos tratam apenas como objetos de pesquisa”. Naquele momento entendi que ele estava defendendo a posição de falar por ele mesmo, sem mediação da “pesquisadora”, posição da qual, como antropóloga e imigrante, compartilho. Felizmente para mim, o Grist precisava realizar um vídeo promocional do evento “Quebrando as barreiras culturais com grupos de imigrantes e refugiados”, que seria realizado durante o mês de maio no Centro

² Minha participação nesse evento se deu como delegada da Conferência Estadual do Rio Grande do Sul e respondia ao objetivo de garantir uma “representação ampla”, assumido pela Comigrar. Nesse sentido, a Conferência foi precedida por uma série de “conferências preparatórias”, incluindo conferências estaduais, municipais, livres, regionais e virtuais que aconteceram entre dezembro de 2013 e março de 2014. Como resultado dessas conferências preparatórias foram elaboradas mais de 2.800 propostas, que foram levadas à etapa nacional. Para tanto, foram eleitos 556 delegados de 30 nacionalidades em 21 estados brasileiros, entre os quais me encontrava, junto a meu colega Norberto Decker e a professora Denise Jardim. A Comigrar foi realizada entre os dias 30 de maio e 1º de junho de 2014.

Cultural Jabaquara, na zona sul de São Paulo. Ofereci-me então, com a ajuda de meu companheiro – o qual apresentei como cineasta –, para realizar o vídeo. Foi assim que se iniciou uma troca de experiências muitas vezes mediada por “esse objeto superdotado de agência” (SATIKO, 2014) que é a câmera de vídeo.³

Ainda durante esse primeiro encontro – que durou algumas horas – Pitchou contou-me que o Grist tinha surgido justamente depois da Comigrar, incentivado pela cineasta Eliana Caffé durante as gravações de um longa-metragem nas instalações da ocupação do antigo “Hotel Cambridge”. De acordo com Pitchou, “Lili”, tinha percebido que o problema da falta de moradia era compartilhado tanto pelos refugiados quanto pelos brasileiros de baixa renda. Assim, as gravações e todos os questionamentos levantados durante a produção do filme haviam incentivado os refugiados a se organizarem em busca de soluções para o que fora entendido como “problemas comuns”. Depois das filmagens, o grupo continuou se encontrando e consolidou o coletivo que, como eles mesmos definem, é composto de imigrantes e refugiados de diversas *etnias* e tem como objetivo promover debates, palestras e eventos que tratem de assuntos que afetam diretamente os refugiados, assim como criar meios que possibilitem expressar a cultura dos imigrantes que vivem em São Paulo.

Cabe explicar que o antigo Hotel Cambridge, lugar de moradia de Pitchou, localiza-se na avenida Nove de Julho e foi ocupado em 22 de novembro de 2012 pela Frente de Luta pela Moradia (FLM).⁴ O Cambridge tem 15 andares e 241 quartos. Moram nele 178 famílias, entre eles 5 refugiados e 21 imigrantes. Todas as famílias que vivem na ocupação estão na fila do programa de habitação do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”. Todavia, a presença de imigrantes e refugiados nas ocupações é bastante recente e deve entender-se dentro de um cenário complexo no qual, de um lado, o relato nacional apresenta o Brasil como um país acolhedor, com uma tendência “natural” a receber bem a todos os que chegam de fora, e, de outro, onde se pratica inúmeros atos de violência direta ou indireta contra os imigrantes.

Inicialmente, foram as organizações humanitárias, como “Missão Paz” – instituição da Congregação Scalabriniana –, que ofereceram serviços como assistência jurídica, psicológica, cursos de português ou abrigo transitório para os “recém-chegados”. Posteriormente, e com a intensificação da chegada de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade, se abriram outros abrigos.

³ O vídeo "Grist Musical em ação" pode verse no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=DnbrFKpc9CQ>

⁴ A Frente de Luta pela Moradia é um movimento composto inicialmente pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Fomaesp), Fórum de Mutirões, Associação de Mutirões, Movimento Quintais e Cortiços da Região da Mooca, Movimento Terra de Nossa Gente e por quatro grupos que se uniram no Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (14 de janeiro, Grupo da Água Rasa, Grupo Colorado e Setor 8, todos da zona leste). Mais tarde juntou-se o Movimento de Moradia da Zona Norte e o Movimento Centro-Norte.

A Prefeitura de São Paulo oferece atualmente, através do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (Crai), um total de 690 vagas para imigrantes e refugiados distribuídas entre quatro centros de acolhida (Bela Vista, Bom Retiro, Pari e Penha) e um abrigo gerido por uma irmandade italiana ligada à Igreja Católica, o “Arsenal Esperança”. Segundo as pesquisas feitas nesses abrigos, a situação das mulheres imigrantes e refugiadas parece ser ainda mais complicada que a dos homens. Para Drotbohm (2016), que realizou um estudo sobre habitação e imigração em São Paulo, ainda que muitos abrigos acolham mulheres e outros acolham mulheres com crianças pequenas, as mulheres grávidas e as mulheres com crianças adolescentes têm mais dificuldades para conseguir acomodações. No primeiro caso, sua vulnerabilidade especial, suas necessidades médicas e a suposta duração da sua estadia só podem ser atendidas por um abrigo especial. No último caso, a indefinição sobre a categoria que representa a juventude é problemática, já que em algumas ocasiões crianças de dez anos, por exemplo, não podem ficar com suas mães (DROTBOHM, 2016)

Drotbohm assinala que, em fevereiro de 2016, a situação dos abrigos que acolhem refugiadas e mulheres migrantes se tornou complicada com a chegada repentina de muitas centenas de mulheres angolanas e congoleesas, muitas delas grávidas ou viajando com crianças pequenas. Em poucos dias, as vagas disponíveis nos abrigos públicos esgotaram-se, produzindo uma situação de emergência para essas recém-chegadas que acabaram tendo que dormir na rua. A Prefeitura de São Paulo teve que reabrir um abrigo (o Viaduto Pedroso) que havia sido fechado devido às suas condições inadequadas e à falta de higiene (DROTBOHM, 2016). Ou seja, para a autora, noções como gênero, idade e parentesco são cruciais para se pensarem a pertença e a exclusão das populações em mobilidade.

Entretanto, a aproximação de refugiados e imigrantes aos movimentos de luta por moradia, tal como construída pelas pessoas do Grist, produzem novas percepções e entendimentos sobre a receptividade e acolhimento da população imigrante, tal como se depreende da seguinte fala de um membro do Grist durante o III Seminário sobre Diversidade Cultural e Educação “Migrações internacionais e Direitos Humanos” em maio de 2016:⁵

Por que nosso grupo é refugiados e imigrantes sem teto? Não

⁵ O Seminário, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), se realizou na biblioteca Mário de Andrade, no centro de São Paulo, e reuniu professores, representantes de ONGs e refugiados em um debate sobre a chegada atual de refugiados ao Brasil. De acordo com os organizadores, o evento visava debater o fenômeno das migrações internacionais recentes ao Brasil e o tema dos refugiados no contexto de São Paulo, em um ato que buscava sensibilizar a comunidade acadêmica sobre os contextos históricos e as condições socioeconômicas e políticas em que se situam as questões das migrações internacionais e dos refugiados, bem como conhecer os marcos político-institucionais estabelecidos pelo Brasil, em consonância com o contexto mundial, além de promover a cultura de valorização, respeito e garantias dos Direitos Humanos dos imigrantes e refugiados.

é nada de sem teto. Em 2014 os imigrantes dormiam lá na Missão Paz, e aí tudo mundo se aproveitou. Os empresários brasileiros nos viam como mão de obra barata. Eles iam lá, contratavam, você vai trabalhar quatorze horas, sabendo que era trabalho escravo. Eles diziam que não tinham um lugar para a gente dormir. Aí os jornalistas se aproveitaram para fazer matéria e começaram a falar em trabalho escravo, mas ninguém sabia por que acontecia esse trabalho escravo. Então chegaram os pesquisadores que nos tratam como objetos de pesquisa e desde os centros de acolhida falavam para nós: “Você não pode ir mais trabalhar lá porque é trabalho escravo”. E depois? Muita gente vendeu até sua casa para poder vir trabalhar aqui. (REGISTRO DE CAMPO, 10 mai. 2016)

O refugiado continuou criticando as condições das casas de acolhida e as dificuldades burocráticas que migrantes e refugiados enfrentam:

Em 2014 foi criado o Crai: 110 leitos, outros 150 e mais 70 leitos. Só que lá tem outra atividade. Isso nós chamamos de moradia temporária, provisória, nós precisamos de moradia definitiva. Agora quando a pessoa chega no Brasil, não pode passar muito tempo nessas casas, o máximo que passa é um mês ou dois. Nesse tempo que a pessoa passa nessas moradias nem sempre consegue tirar todos os documentos, muitas vezes só consegue tirar o protocolo, que é um papel. Aí você chega em uma imobiliária e não aceitam esse papel, a verdade é que nem eu – que não sou brasileiro – aceitaria esse papel! Mas aí a pessoa precisa sair da casa de acolhida porque outras pessoas precisam entrar. Só que aí tem alguns espertos brasileiros que começaram a ocupar os prédios vazios para poder colocar imigrantes e ganhar dinheiro. Por quê? A pessoa não consegue alugar uma casa, não pode ficar no centro de acolhida... Além disso são poucos, temos 340 leitos, sendo 80 só para mulheres e só temos aqui como refugiados reconhecidos pelo Conare 8.700, imagina com os solicitantes de refúgio e sem contar os haitianos! Aí, com tudo isso, a pessoa acaba indo para as ocupações. Aí, o que acontece? Os jornalistas de novo vão para lá a perguntar: “Por que eles estão invadindo os prédios do centro?”. Ou vão perguntar nos centros de acolhida, e eles falam: “Nós já falamos para não ir para lá porque é crime, porque eles não podem participar nessas ocupações porque é crime”. Mas aonde vamos ir? Outra coisa, nas ocu-

pações de movimentos sociais sérios tem regras, tem que participar nas coisas deles, tem manifestações. Todo mundo sabe que o imigrante não pode cometer crime, mas manifestar-se pacificamente pode, reclamar seus direitos pode. Só que neste momento que tem golpe que não é golpe, democracia que não é democracia, saiu uma carta dizendo que não podemos manifestar-nos. E aí? Onde é que nós vamos? (REGISTRO DE CAMPO, 10 mai. 2016)

A fala daquele refugiado provocou um silêncio tenso que durou alguns minutos. No turno das colocações ninguém lhe fez pergunta alguma. Parecia que – como fora colocado dias depois por uma professora que esteve no evento – “as experiências desses refugiados falando por eles mesmos de suas vidas, dificuldades, visões do Brasil, da falta de apoio, da invisibilidade, haviam tocado nossas feridas”⁶.

A pesar do teor de suas palavras, hoje entendo essa fala como uma provocação. Ao final do evento fui conversar com ele, que me explicou que ele queria que os pesquisadores não fizessem apenas perguntas sobre a sua vida, mas que passassem algum tempo “vivendo o que eles vivem”.

*

A seguir, focalizo dois tipos de práticas – “festivais” e “rodas de conversa” – que estimulam a construção de representações mais plurais e menos estereotipadas sobre os imigrantes e refugiados. Os festivais podem ser entendidos como espaços onde os imigrantes constroem “protagonismo” a partir da apropriação de categorias estigmatizantes. Assumir-se como “imigrante” ou “refugiado” e “negro” pode ser uma prática que amplia os sentidos desses conceitos. As “rodas de conversa” são espaços de reflexão e intercâmbio nos quais os depoimentos ganham centralidade e mostram as categorias e formas de diferenciação utilizadas para construir a figura do refugiado. Entretanto, essas formas de mobilização aqui apresentadas adquirem relevância quando compreendemos que a imigração negra, em particular de haitianos e africanos encontra-se perpassada pela questão do racismo no Brasil, que nem sempre reconhece nesse imigrante negro, esse “outro”, um sujeito com capacidade de falar por si mesmo.

⁶ A professora se pronunciou sobre a sua participação no evento no blog da Rede de Reflexão e Ação Antirracional RRAE <http://www.rrae.com.br/2016/05/refugiados-no-brasil.html> -consultado o dia 29-09-2016.

Festivais como formas de produção de “protagonismo” migrante

Os “festivais” são formas de mobilização que foram bastante utilizadas pelo Grist em 2016. Diferentemente das “rodas de conversa”, os “festivais” têm um caráter mais animado. O primeiro festival que acompanhei, “Quebrando as barreiras culturais com grupos de imigrantes e refugiados”, realizou-se no Centro Cultural Jabaquara, na zona sul de São Paulo, no dia 15 de maio de 2016. Ao longo de cerca de doze horas, houve ações que iam desde apresentações musicais até debates sobre a situação da República Democrática do Congo, passando pela venda de artesanato, roupas e comidas de vários países. A programação contou ainda com grupos musicais do Congo, Haiti, Togo, Bolívia e Brasil.

Um dos momentos mais impactantes do evento foi quando a advogada congoleza Hortense criticou o silêncio da mídia e da comunidade internacional em relação à situação vivida em seu país natal. “O que se fala sobre as questões do Congo, os crimes contra a humanidade que acontecem lá? Ninguém divulga isso. Apenas os próprios congolezes sabem de verdade sobre a situação no Congo”, enfatizou a refugiada ante um público atônito. Entretanto, se bem os protagonistas consideraram o evento como um êxito, não conseguiram reunir a quantidade de pessoas esperada. Presumo que, por isso, tenha ocorrido o festival seguinte, “I Festival do Dia Internacional do Refugiado”, no centro de São Paulo, em 19 de junho de 2016, organizado por diversos coletivos conjuntamente.

Naquele domingo, um palco foi colocado na interditada rua Álvaro de Carvalho, justo embaixo do viaduto Nove de Julho. No começo da tarde, Yannick, um músico congolês e são-tomense que vive no Brasil há pouco mais de um ano, cantou em diversas línguas africanas (lingala, kimbundu, kicongo). Enquanto isso, Fátima, uma mulher senegalesa mostrava suas roupas feitas com tecidos coloridos a possíveis compradores. Nas proximidades do palco, no restaurante palestino Al Jannah, havia uma enorme fila para os *shawarmas* e para o *fufu* – comidas típicas da Síria e do Congo, respectivamente, oferecidas naquela tarde. Enquanto Yannick cantava, alguns ativistas distribuíam um panfleto com informação acerca do surgimento da Frente Independente de Refugiados e Imigrantes (Firi) – coletivo organizador do festival. “A Frente será a voz dos refugiados para que dessa forma possam falar por si mesmos”, podia ler-se em um dos parágrafos do folheto.

“Chega/corrupção, chega/manipulação, racismo/chega, xenofobia/chega, imperialismo/chega, injustiça/chega, hipocrisia/chega”, cantava Yannick, na sua composição “Biliwé”, uma expressão em creole que significa “abra os olhos”. Diante da mirada atenta dos espectadores – que gravavam a atuação do músico com seus telefones celulares – Yannick criticou o imperialismo e as situações de desigualdade e discriminação vividas pelos negros tanto em seu país de origem quanto no Brasil.

Entretanto, Shambuyi, um artista plástico também de origem congoleza, realizava a performance *Não à guerra do Congo*. Shambuyi, descalço e com o corpo coberto por papéis e plásticos pintados como se fossem sangue, caminhou entre a multidão exibindo vários telefones celulares pendurados em seu corpo. A ação silenciosa de Shambuyi fazia referência aos metais extraídos da República Democrática do Congo, utilizados na fabricação de celulares e outros equipamentos eletrônicos. De acordo com os refugiados congolezes que ouvi durante o trabalho de campo em São Paulo, como Christo, um jornalista que vive no Brasil há pouco mais de um ano, a exploração do Coltan sustenta o sangrento conflito que, segundo eles, já deixou mais de 20 milhões de mortos.

Analisando as “caminhadas” e “vigílias” do Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense, a antropóloga Paula Lacerda (2015) aponta para a potencialidade do silêncio para “comunicar o incomunicável: a dor e o sofrimento”. De acordo com a autora, ao mesmo tempo que, durante as mobilizações, a linguagem procurava adesão pelo relato das situações politicamente significadas como “inaceitáveis, desrespeitosas e injustas”, o silêncio “suprimia o tom denunciador, evidenciando o indizível, o absurdo, o inexplicável das violências” (LACERDA, 2015, p. 155).

Retomando a proposta de Veena Das (2007), a autora reflete sobre os limites da linguagem, que tornam irreproduzível o sentimento. Assim, por conta da incapacidade de expressar tal sentimento, o silêncio representa a única discursividade possível, tornando as palavras “congeladas”, “entorpecidas” “sem vida”. “A violência que ultrapassa as palavras pode ser ‘mostrada’, ‘apresentada’ e ‘revelada’, mas não narrada” (LACERDA, 2015, p. 156). Concordando com a autora, entendo que o silêncio da ação do Shambuyi não representava a falta de um discurso, mas, ao contrário, seu veículo.

Depois de algumas horas, quando a concentração alcançou um determinado número de pessoas, os representantes dos quatro coletivos que fundaram a FIRI – o Grist, o Movimento Palestina Para Todos (Mopat), a Equipe de Base Warmis, Convergência de Culturas e o Visto Permanente, Acervo Vivo das Novas Culturas Imigrantes – subiram ao palco para oficializar o lançamento do movimento. Não era a primeira vez que eu via aos membros desses grupos atuarem conjuntamente, não obstante, até aquele dia, as atividades realizadas pelos quatro coletivos não tinham sido divulgadas como parte de um mesmo projeto. Até então, cada grupo organizava suas atividades de forma independente, ainda que a ideia de diálogo e de “somar as lutas de cada movimento” já estivesse presente entre os ativistas dos grupos.

Naquela tarde, Pitchou se referiu à possibilidade de unir refugiados e brasileiros sem vitimizar as pessoas que solicitam refúgio no país:

Criamos nosso movimento para poder mostrar que o refugiado pode falar por ele mesmo e ser protagonista da própria história. Não queremos competir com as ONG's, que fazem um trabalho muito importante para as pessoas que chegam, mas promover a participação efetiva de imigrantes e refugiados. (REGISTRO DE CAMPO, 19 jun. 2016)

Hasam, palestino nascido no Brasil, integrante do Mopat e proprietário do restaurante Al Janiah, também destacou a necessidade de os refugiados serem protagonistas da própria causa. Em suas palavras, os refugiados deviam falar por eles mesmos, e não apenas por representação:

Aqui no Brasil eles acabam não tendo voz, sendo representados pelas ONGs e governos. Este é um momento de organização entre refugiados e migrantes árabes, africanos e latinos, para que dentro dessa Frente possamos nos informar sobre a situação política do outro. (REGISTRO DE CAMPO, 19 jun. 2016)

Para os membros da Firi era importante deixar clara a necessidade de se criarem “novas formas de representação sobre a questão migratória”. Para Cristina, uma jovem luso-brasileira do Visto Permanente, é necessário mostrar a parte positiva, construtiva, artística e cultural dos migrantes, deixada de fora na cobertura de grandes meios de comunicação:

Achamos por bem criar outro espaço midiático, prioritariamente audiovisual, para dialogar sobre as comunidades migrantes de forma geral. Se a grande mídia se recusa a dizer que isso [o festival] está acontecendo, nós vamos criar um canal para mostrar. (REGISTRO DE CAMPO, 19 jun. 2016)

Soube posteriormente que, mesmo estando em viagem à Bolívia, Jobana, militante boliviana e integrante da Equipe de Base Warmis, havia deixado uma mensagem de união e articulação entre migrantes e refugiados:

Queremos ser vistos como sujeitos políticos, capazes de nos organizar, colocar nossas pautas e posicionamentos. Acreditamos que juntos, sim, somos mais fortes, e que nossa diversidade cultural nos enriquece e fortalece como Frente. Nosso papel é importante para visibilizar a causa de migrantes e refugiados. (MIGRAMUNDO, 2016)

O campo de interlocução no qual se inserem os imigrantes implica uma trama complexa de discursos, práticas e iniciativas desenvolvidas por uma série de atores governamentais e não governamentais, em seu intento de criar políticas públicas para imigrantes. Intervenções artísticas, festivais e performances contribuem para a viabilização do imigrante como protagonista de um cenário migratório em transformação, possibilitando a construção de representações mais plurais e menos estereotipadas sobre os imigrantes.

Se as falas dos membros do Grist evidenciam uma crítica a certas categorias e práticas de intervenção sobre a população imigrante, os eventos organizados por eles transformam-se em manifestações culturais de propostas políticas, reforçando a ideia do imigrante como um ator com capacidade de intervir no campo de interlocução nacional. Eventos como esse, construído por imigrantes e refugiados que atuam em redes de apoio, permitem repensar de forma crítica a potencialidade das mobilizações.

As rodas de conversa e os discursos sobre “ser refugiado no Brasil”

Em agosto de 2016 acompanhei uma das ações de sensibilização realizadas pelo Grist. Fui convidada àquele evento por Pitchou depois de ter gravado imagens para um vídeo promocional sobre a sua mais recente iniciativa comercial, Congolinária – uma banca de culinária do Congo –, que funciona num local de “comidas do mundo” em um bairro nobre da zona oeste de São Paulo.

Pela liderança que exerce no grupo, Pitchou é quem geralmente desenvolve essas ações. Em certas ocasiões ele é acompanhado por algum outro membro do grupo, como naquela tarde, na qual Rafael – um médico baiano que integra o núcleo médico do Grist – também estava presente. As atividades de sensibilização do Grist estão pensadas como “conversas” nas quais os próprios membros do grupo falam sobre suas experiências de vida no Brasil. As falas dos integrantes do Grist nesses eventos nos permitem observar uma dimensão do discurso político que constrói ativamente pessoas e solidariedades a partir de experiências que não são apenas de dor e sofrimento, senão que implicam também formas de viver e resistir ao racismo e à desigualdade percebidos na sociedade de acolhida.

Já passava das três da tarde quando Rafael nos recolheu na frente da ocupação Cambridge. De lá nos dirigimos em seu carro até o edifício da Escola Técnica de Artes de São Paulo, localizada na zona oeste da cidade. Logo após alguns minutos, fomos até uma sala de aula e, aos poucos, foram chegando os estudantes interessados na conversa. Pitchou começou a fala se apresentado, contando sobre os anos em que estava no Brasil e que trabalhava com um grupo de imigrantes e refugiados sem-teto. Assinalou também que estava lá para conversar sobre imigração e refúgio, mas que, antes disso, era necessário que todas as pessoas se apresentassem.

“Como vamos conversar se a gente nem se conhece? Vamos nos apresentar?”, disse ele com um sorriso. Assim, cada um de nós fomos dizendo nosso nome e o lugar de nascimento. Quando alguém dizia que era de São Paulo, Pitchou perguntava pelo lugar de nascimento dos pais dos interlocutores e, se a resposta era “São Paulo”, ele fazia a mesma pergunta com relação aos avós. Com essas perguntas, Pitchou parecia querer mostrar a migração como um fenômeno amplo, que não diz respeito apenas a refugiados e imigrantes atuais, mas que pode ser entendida como constitutiva de São Paulo e até do Brasil em geral. Presumo que por isso, em seguida, ele assinalou que “voltaria um pouco na história”, e se referiu ao que chamou de “migração histórica”, apontando que, assim como os alemães, italianos e portugueses que viram para o Brasil buscando melhores condições de vida, “hoje no Brasil havia imigrantes e refugiados”.

Seguidamente, Pitchou pediu para o Rafael passar um vídeo. O vídeo em questão se intitula *Refugiados* e foi realizado pelos Jornalistas Livres, uma rede de jornalismo independente. Durante aproximadamente sete minutos, o vídeo mostra depoimentos de pessoas – todas negras, entrevistadas na Ocupação Cambridge – explicando como chegaram ao Brasil. No começo do vídeo, Pitchou se refere ao conflito armado na República Democrática do Congo como a causa de sua vinda para o país. Posteriormente, uma mulher chamada Marie se refere ao terremoto ocorrido no Haiti e explica como foi sua viagem até o Brasil. Em seguida, dois jovens haitianos e uma mulher nigeriana com um bebê realizam a mesma ação. Em seguida, Pitchou explica a presença de refugiados e imigrantes nas ocupações, assinalando que o “protocolo” –definido por ele como um documento provisório entregue pela Polícia Federal quando se realiza uma solicitação de refúgio – dificulta sobretudo “a vida dos estrangeiros negros para alugar imóveis”.

De acordo com ele, embora esse documento seja reconhecido pelo governo, não acontece o mesmo com a população, que geralmente não aceita esse “papel” como um documento válido. “Quando uma pessoa chega em uma imobiliária com esse documento, dificilmente a pessoa vai querer dar uma casa para alugar, é por isso que acabamos indo para as ocupações”, pode ouvir-se enquanto ele expõe o protocolo diante da câmera. O vídeo acaba mostrando alguns números do refúgio e da imigração no Brasil, destacando sobre um fundo preto que no Brasil existem cerca de 7.300 refugiados, de acordo com o último levantamento oficial, e que, de acordo com dados da Polícia Federal, mais de 39.000 haitianos entraram no país até setembro de 2014.

Eu sou refugiado, sou congolês, eu estava sendo perseguido. Se eu estou aqui faz seis anos, é porque o país é bom, mas isso não faz do Brasil um paraíso. Eu saí do meu país por causa de uma guerra, quando falo em guerra é guerra de verdade, onde

você vê muitos cadáveres, pessoas morrendo... Mais de 20 milhões de pessoas mortas e ninguém faz nada. A pessoa não sabe que dia sua morte vai chegar, a pessoa tem que sair, você tem que sair quando você ainda não é procurado, quando você vai aprender que está sendo procurado, você vai estar morto. Então, nós temos imigrantes e refugiados, quando você sai de um país e vai para outro, é imigrante. Temos emigrantes quando sai de um país e imigrante quando entra em um outro. Todo mundo que entra aqui é imigrante, só que dentro desses imigrantes temos uma pessoa que entra dentro de uma definição do Acnur. Quando uma pessoa sai de seu país por causa de uma perseguição religiosa, de orientação sexual etc., ele é um refugiado. Ele se torna refugiado. (REGISTRO DE CAMPO, 26 jul. 2016)

A fala de Pitchou assim como os depoimentos apresentados no vídeo são indicativos tanto das estratégias utilizadas para visibilizar a “luta” dos refugiados e imigrantes no Brasil quanto das categorias e formas de diferenciação que estão sendo utilizadas para construir a figura do “refugiado”. Em primeiro lugar, podemos observar que a representação do refugiado está sendo construída por eles mesmos usando contextualmente as situações de violência e de vulnerabilidade em seus países de origem, mas sobretudo a partir de narrativas que tratam das suas experiências de vida aqui no Brasil.

Nesse cenário é significativo que tanto Pitchou como a maioria das pessoas que conheci nas ocupações tenham regularizada a sua situação migratória, seja como refugiados, seja através de um visto humanitário. Não obstante, quando relatam suas condições de vida – trabalho nos setores menos remunerados, moradia em albergues ou nas ocupações do centro da cidade –, as fronteiras entre as categorias jurídicas “refugiado” e “imigrante” parecem menos claras. Porém, isso não significa que a figura do “refugiado” esteja sendo construída em total sintonia com a de “imigrante”. Pelo contrário, se bem se reconhece que tanto “refugiados” como “imigrantes” são “migrantes”, geralmente se enfatiza que, além do desejo de “uma vida melhor” – aspiração que mobilizaria o imigrante –, no caso dos refugiados há um “intuito de proteger a vida”. As ideias de “perseguição” e “risco de morte” se tornam centrais nessa definição, enquanto a referência a organismos internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) revela como os refugiados podem se apropriar das definições de organismos internacionais para construir localmente sua própria figura de refugiado.

O racismo não tão “velado” da sociedade brasileira aparece frequentemente nos discursos das pessoas em mobilidade no Brasil. Durante as ações de sensibilização e visibilização da situação dos refugiados e imigrantes que acompanhei,

era bastante comum que as pessoas ressaltassem que não são todos os “estrangeiros” os que passam por situações de desrespeito e discriminação, senão que isso acontece sobretudo com os que são “negros”. No evento daquela tarde, por exemplo, Rafael apontou que, dos 2 milhões de estrangeiros que há hoje no país, os únicos que são vistos como problema são os haitianos e africanos, que no total seriam uns 70 mil – entre os 18 mil refugiados e solicitantes de refúgio e os 53 mil haitianos. De acordo com as palavras de Rafael, “o resto, sobretudo os cerca de 410 mil brancos europeus que vêm trabalhar aqui, em nenhum momento são falados como problemas, como crime”. Segundo Rafael, sempre que se fala em imigração e refúgio se fala de haitianos e africanos, e isso representa para ele um ponto bem importante a ser considerado.

O que pude observar naquele evento, assim como em outras experiências de campo, é que Pitchou ressignifica frequentemente o que é ser um “negro” em seu país de origem (Congo) e o que é ser “negro” no Brasil. Para ele, ser negro em seu país não é causa de discriminação, enquanto no Brasil é motivo para um tratamento desigual:

Ao chegar aqui você descobre que o país está dividido entre negros e brancos e aqui há refugiados negros e brancos, e tratam bem aos brancos e aos negros não. Aos negros, os discriminam. Se eu estou aqui é para tratar salvar minha vida, então por que vão tratar aos refugiados brancos bem e a nós não? Qual a justificativa disso? Eu acho que não tem! (REGISTRO DE CAMPO, 26 jul. 2016)

Do mesmo modo como o pensador caribenho Frantz Fanon (1973) descobre sua negritude a partir do olhar do branco na França, muitos refugiados e imigrantes negros afirmam não ter pensado na questão racial antes de sua chegada ao Brasil. Para Jérémie, por exemplo, um estudante de letras proveniente da República Democrática do Congo, foi no Brasil que começou ver-se como negro: “Lá em meu país somos todos negros, mas aqui no Brasil não. Aqui os negros são tratados como inferiores. Com frequência tenho a sensação de estar no lugar errado” (entrevista realizada em 15 mai. 2016).

Em algumas ocasiões, a questão do racismo e do tratamento desigual aparece entrelaçada a certas práticas de intervenção sobre refugiados e imigrantes. É nesse cenário que aparece uma forte contestação ao uso da categoria “vítima”:

A gente gosta de considerar a pessoa como coitado. O negro pode xingar o branco, mas o branco não vai dizer nada porque vê o negro como coitado. Eu sempre falo, se um negro te xinga, você xinga ele da mesma forma. Se bem você não

pode maltratar uma pessoa, não pode tratar ele como coitado. Isso não é ser racista, se uma pessoa te xinga você a xinga do mesmo jeito.

Como funciona hoje o tema da ajuda aos refugiados? Funciona assim, se tenho muita roupa sobrando na minha casa, vou dar para os refugiados, aí o cara chama a imprensa e tira uma foto entregando roupa aos refugiados. Um dia um cara me ligou e me falou “Pitchou, tenho muita roupa”. “Sério?”, eu falei. “Para fazer o quê?”. “Para dar para os refugiados”, me diz. As pessoas gostam muito de dar roupas e dar dinheiro as ONGs que ajudam aos refugiados, mas quando vêm um refugiado na rua, eles atravessam para o outro lado porque confundem com um delinquente.

Então, eu nunca vi aqui no Brasil um heterossexual falando sobre os direitos dos homossexuais, eu nunca vi um branco falando sobre o poder dos negros, sobre como deveriam ser as questões das cotas dos negros. São os homossexuais e os negros que falam aqui sobre os direitos deles. Só que aqui as pessoas que se consideram *mais* falam sobre os refugiados porque acham que nós somos burros, sem capacidade. E por isso que nós não queremos ser considerados como coitados, como vítimas. (REGISTRO DE CAMPO, 26/07/2016)

Nessa fala do Pitchou, assim como em outras intervenções dele e de outros refugiados e imigrantes que acompanhei, a crítica ao tratamento recebido pelas organizações humanitárias é acionada conjuntamente com o rechaço a serem representados apenas a partir do sofrimento. A noção de vítima já vem sendo questionada em trabalhos que analisam o papel dos conceitos de “tráfico de pessoas” e “tráfico ilícito de migrantes” na dinâmica da governabilidade migratória contemporânea.

Trabalhos como o de Mansur (2016), por exemplo, apontam que, embora esses conceitos se apresentem sob a roupagem dos direitos humanos e da proteção às vítimas, e sejam incluídos em instrumentos internacionais – como o protocolo de tráfico de pessoas e tráfico ilícito de migrantes –, eles acabam reiterando o vínculo entre a migração e a seguridade, reforçando as práticas de criminalização e o controle migratório. A partir de uma experiência etnográfica, acompanhando os protestos de um grupo de refugiados no centro de Viena, o autor aponta para a natureza contextual da posição de vítimas dos refugiados e questiona fortemente a *eficácia* obtida com a utilização dessa categoria. De acordo com a sua experiência, os refugiados mobilizados no centro de Viena estão longe de serem as “vítimas predicadas no cenário humanitário”. Quer dizer, de

acordo com o autor, os interesses e as histórias de vida dessas pessoas envolvem uma amplitude e uma diversidade que deveriam ser entendidas e reconhecidas como um “aporte” à sociedade local (MANSUR, 2016).

Entretanto, outra imagem, afastada da figura do trabalhador migrante, também parece ganhar visibilidade. No caso de algumas pessoas que conheci na Ocupação Cambridge, elas não pareciam resignar-se a serem representadas mediante uma imagem que reduz o imigrante apenas à sua função de força de trabalho. Pelo contrário, em suas falas, mas também em suas ações, pude perceber que havia outra imagem a ser transmitida. Essa imagem pode ser pensada a partir do caso de Louides, um haitiano de 38 anos que chegou ao Brasil em 2013 e mora atualmente junto a sua família – mulher e três filhas – em uma das ocupações da Avenida Rio Branco. Louides já passou por albergues para migrantes e, ainda morando nas instalações da Missão Paz, ele formou uma banda de música, a *Satellite Musique*, composta por outros nove integrantes haitianos que tocam a *kompa*, um ritmo musical definido por eles mesmos como “típico” do Haiti.

Embora Louides tenha que trabalhar na construção civil, ele não parece um homem resignado a sua função de mão de obra; muito pelo contrário: ele se apresenta em eventos públicos e privados, “levando aos brasileiros uma música que eles não conhecem”. Assim como Louides, Yannik e Shambui – dois artistas congolezes – também utilizam a música e outras manifestações artísticas e culturais (performance, teatro, intervenções artísticas) para ressignificar as categorias de imigrante e refugiado.

Ao problematizar as representações dos imigrantes e refugiados, é preciso referenciar também os conceitos de reconhecimento e redistribuição e a ideia de que não seria possível isolar as lutas por reconhecimento das lutas por redistribuição:

a formulação conceitual do reconhecimento é de central importância hoje, não porque expressa os objetivos de um novo tipo de movimento social, mas porque ela tem provado ser uma ferramenta apropriada para categorialmente desvendar experiências sociais de injustiça como um todo. (HONNET, 2003, p. 133)

Não há, portanto, uma autorrepresentação do imigrante capaz de ser pensada para além dos imigrantes como atores que se autodefinem como objetos de reconhecimento, e essa ação se dá sempre na interação com um outro, ou seja, numa relação. Entretanto, é importante ter em conta o que foi apontado por Jardim Pinto (2008) acerca do contexto brasileiro. Para a autora, “existirá sempre uma política de distribuição (ou não) e uma política de reconhecimento (ou não), que independe do sujeito individual ou do grupo social”. Assim, os mais

vulneráveis encontram-se mais expostos a sofrer ações de alguém que distribui ou que fale por eles, antes de serem sujeitos que se autorreconhecem publicamente. Ou seja, para a autora, a noção de reconhecimento fica mais limitada a um reconhecimento externo; isto é, “o outro reconhece e age sem necessariamente construir uma relação com o reconhecido”. O outro, no caso, é sempre, ou quase sempre, um agente estatal que atua através de políticas públicas (JARDIM PINTO, 2008, p. 47).

Entretanto, a construção de refugiados em eventos como os do Grist é percebida por alguns brasileiros, como Heloisa, como “um tanto desvinculada de realidades já conhecidas pela sociedade brasileira”, o que ela definiu como “racismo do Estado”. Enquanto Pitchou falava sobre suas percepções do racismo no país, observei que Heloisa – uma jovem do público que se definiu como negra e descendente dos povos originários – parecia um pouco incomodada e, já quase no final da conversa, apontou:

Eu queria só fazer um comentário, eu achei muito legal tudo que vocês expuseram e eu acho que sim, que a sensibilização é parte importante do processo de superação das dificuldades que vocês encontram aqui, só que eu acho que faz falta extrapolar o nível individual e entender que o problema que os imigrantes e refugiados encontram aqui no Brasil não têm a ver com problemas individuais do caráter do brasileiro, têm a ver com um projeto do Estado, têm a ver com o fato de o Estado ser racista. E por isso que o Rafael, que é baiano e se formou em medicina em um dos estados mais negros do Brasil, pode contar nos dedos de uma mão os colegas negros que tinha, e isso é porque o Estado brasileiro é racista. Então chegam aqui os nossos irmãos e a gente não se reconhece como irmãos, porque a história do Brasil é de assalto à nossa identidade. Eu, que sou descendente de povos africanos que foram tirados de lá e também de povos nativos, eu não faço ideia da minha história e isso não é visto como um problema... Então, os problemas que os refugiados encontram aqui, e que não são todos os imigrantes que encontram, só os não brancos, são os mesmos problemas que minha avó, que foi empregada doméstica durante muitos anos de uma família branca italiana, encontrou aqui. Têm a ver com um problema racial, de classe, então é importante que a gente construa essa identificação, que eu reconheça nos refugiados e imigrantes não brancos que estão no Brasil os mesmos problemas sociais pelos quais passou minha família e passam as pessoas da mi-

nha quebrada, que são negros também, que não se parecem com os negros do Congo, é verdade, mas são negros também. Eu senti falta disso, eu acho que é importante que a gente entenda que os problemas materiais que vocês encontram aqui também são os problemas que trabalhadores encontram aqui. Eu trabalho no SUS, sou secretária de uma assistente social, os mesmos problemas que eu vejo nos haitianos, os bolivianos, são os problemas da classe trabalhadora brasileira. Então, a cobrança deve ser feita para o Estado (REGISTRO DE CAMPO, 26 jul. 2016).

A intervenção de Heloisa deixava claro que os temas apresentados pelos membros do Grist não podem ser vistos à margem do contexto nacional de desigualdade, mas sobretudo apontava para conexões possíveis e formas de articulação e reconhecimento que ainda não aparecem – e talvez essa seja a intenção – nos discursos e nas práticas de grupos como o Grist.

Comentários finais

As questões tratadas neste artigo geram, sem dúvida, mais interrogações que respostas, permanecendo ainda sem serem explorados vários aspectos centrais da mobilização política e cultural de imigrantes e refugiados. Não obstante, é possível concluir que análises dos eventos de visibilização e sensibilização na cidade de São Paulo podem ampliar nossas representações acerca dos imigrantes e refugiados e como a presença negra está sendo ressignificada num cenário complexo e perpassado por múltiplas relações de poder.

A antropóloga Natalia Gavazzo (2016), em um estudo sobre as formas de participação política de imigrantes de segunda geração, na cidade de Buenos Aires, Argentina, assinala que o estudo das identificações e formas de participação dos imigrantes nos mostra como continuamente se ressignificam as fronteiras culturais e identitárias, apontando, ao mesmo tempo, as desigualdades frente às quais os imigrantes adotam posicionamentos e levam adiante ações específicas para promover mudanças vinculadas a valores como a igualdade. Para ela, é possível pensar que os imigrantes utilizam as práticas culturais identificadas com o país de origem como ferramentas “não apenas para elaborar pertencimentos, mas também para visibilizar-se no espaço público, convertendo o estereótipo negativo em positivo” (GAVAZZO, 2016, p. 84).

Entendo que, no caso apresentado, as diversas formas de mobilização produzidas pelo Grist mostram que, num cenário bastante acostumado à presença de mediadores, novas representações sobre os imigrantes estão sendo construídas. No caso das ações e discursos analisados, vemos a produção de discursos e re-

apresentações que não necessariamente se ajustam às urgências dos mediadores. Nesse sentido, observamos que as formas de mobilização de imigrantes e refugiados sugerem novos sentidos afastados tanto da imagem do refugiado como “vítima” ou do imigrante como “braço trabalhador”.

Contudo, se por um lado é fato que o Brasil abriu suas portas para receber refugiados e imigrantes em situações de vulnerabilidade, como, por exemplo, ao criar um visto humanitário para facilitar a vinda dos haitianos após o terremoto, por outro, a efetivação de políticas migratórias permanece frequentemente contraditória e discricionária. Assim, os estrangeiros que conseguem receber um visto e ganhar o acesso ao território brasileiro aprenderão logo, a partir do relacionamento com as instituições mediadoras, o que significa ser imigrante no Brasil.

É por isso que as ações de imigrantes e refugiados politizam a imigração como algo que vai muito além das questões de documentação e regularização jurídica, mostrando uma dimensão do discurso político que constrói ativamente pessoas e solidariedades a partir de experiências que não são apenas as de dor e sofrimento, senão que implicam formas de viver e resistir ao racismo e à desigualdade percebidos na sociedade de acolhida. Todavia, ser “refugiado”, ser “imigrante” e ser “negro” se combinam de diversas formas nos eventos analisados, mostrando processos ativos de construção de “protagonistas” no lugar de “vítimas”.

Referências bibliográficas

- DROTBOHM, Heike. Paredes porosas. Proteção fragmentada em face do deslocamento de migrantes no Brasil. *Migramundo* [portal digital]. Disponível em: <<http://migramundo.com/paredes-porosas-protexao-fragmentada-em-face-do-deslocamento-de-migrantes-no-brasil/>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- FANON, Frantz. *Piel negra, máscara branca*. Buenos Aires: Editorial Abraxas, 1973.
- GAVAZZO, Natalia. Música y danza como espacio de participación de los jóvenes hijos de migrantes bolivianos y paraguayos en Buenos Aires (Argentina). *Revista del Museo de Antropología*, n.9, p. 83-94, 2016.
- GRIMSOM, Alejandro. *Nuevas xenofobias, nuevas políticas étnicas em la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2006. p. 69-99.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- JARDIM, Denise. Os direitos humanos dos imigrantes: reconfigurações normativas dos debates sobre imigrações no Brasil contemporâneo. *Revista Densidades*, n. 14, p. 65-85, 2013.

- JARDIM PINTO, Celi. Notas sobre a controvérsia Fraser-Honnet informada pelo cenário brasileiro. *Revista Lua Nova*, n. 74, p. 35-58, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n74/03.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- LACERDA, Paula. *Meninos de Altamira: violência, "luta" política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- MANSUR, Guilherme. Apresentação na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. João Pessoa, ago. 2016.
- BRANDINO, Gêssica. Protagonismo migrante marca 1º Festival do Dia Internacional do Refugiado. *Migramundo* [portal digital]. Disponível em: <<http://migramundo.com/protagonismo-migrante-marca-1o-festival-do-dia-internacional-do-refugiado/>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- SATIKO, Rose. Os filmes da quebrada e o filme da antropóloga – encontros. In: VICENTE, W. (Org). *Quebrada? Cinema, vídeo e lutas sociais*. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária-USP, 2014. p. 147-75.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

autora**Silvia Zelaya**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Pesquisa Etnográfica, Teoria Antropológica e Relações Interculturais pela Universidade Autônoma de Barcelona e Mestre em Governança e Direitos Humanos pela Universidade Autônoma de Madrid. Trabalha com temas de pesquisa ligados às migrações internacionais, refúgio, cidadania e direitos humanos.

Recebido em 07/04/2017

Aceito para publicação em 07/04/2017